

humanitas

Vol. LX

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HUMANITAS

Vol. LX



do leitor para o sentido exacto do termo nos textos antigos. O passo 300c4-6 fornece um bom exemplo de como a “simples” tradução de uma ou duas frases pode alterar significativamente a interpretação de um texto. Carmen Soares traduz assim:

“Pois bem, estas leis, redigidas sob o aconselhamento de pessoas que sabem o que é possível saber, seriam imitações da verdade de cada uma das coisas?”

Tal como Brisson/Pradeau, Carmen Soares segue a interpretação mais tradicional deste passo interpretando “estas” (*tauta*) como sujeito da frase que se referiria às “leis” (*nomoi*) discutidas em 300b. Porém, Rowe interpreta a frase tomando como sujeito as “imitações da verdade” que são identificadas com “estas coisas”, isto é, com as leis redigidas por pessoas que sabem (*parà tòn eidótôn*). Esta interpretação ainda é minoritária e poderá a tradutora ter muito boas razões para a rejeitar. Contudo, não se pode negar que, para além da questão de leitura directa e mais literal do texto grego, implica também uma outra possibilidade de interpretar o estatuto da “lei” e dos códigos em *O Político*, bem como do seu lugar entre *A República* e *As Leis*. Não podemos pedir à Doutora Carmen Soares que altere a sua interpretação do texto mas sugeríamos que introduzisse, em futura edição, uma nota explicativa.

Ainda a propósito de futuras edições deste texto, sugeríamos ao editor que optasse pela boa prática de colocar sempre o número da página da edição de referência (H. Stephanus, 1578) no início de cada página da edição portuguesa. Basta seguir o exemplo da edição crítica de Oxford (OCT). À tradutora sugeríamos que fizesse duas pequenas alterações na bibliografia final: que retirasse da primeira secção o texto editado por S. Everson e que introduzisse uma tradução espanhola deste diálogo (por ex. a da Gredos).

A edição está muito bem cuidada, sem erros tipográficos (só conseguimos detectar um na última página, no título da obra de S. Rosen). Esta tradução pode ser, justamente, considerada a versão de referência deste diálogo platónico no mundo da lusofonia.

ANTÓNIO MANUEL MARTINS

SÓFOCLES, *Antígona*. Introdução, versão e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, Lisboa, FCG, 2007 (7ª ed. rev.), 138 pp. ISBN: 978-972-31-1180-4.

SÓFOCLES, *Fílocetes*. Introdução, versão do grego e notas de José Ribeiro Ferreira, Lisboa, FCG, 2007 (4ª ed.), 127 pp. ISBN: 978-972-31-0756-2.

A publicação da Obra Completa de Sófocles em 2003, no âmbito das iniciativas promovidas pelos responsáveis de *Coimbra Capital da Cultura*, em colaboração com a Imprensa da Universidade de Coimbra, trouxe ao público em geral o conhecimento de traduções rigorosas e esteticamente apuradas, quase todas já

existentes, mas sem o apoio das anotações que constavam de edições anteriores. É o caso das duas peças em referência. A primeira versão da *Antígona*, de M. H. Rocha Pereira, data de 1958 e foi expressamente elaborada para o TEUC (Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra), a pedido do seu prestigiado Director de então, Prof. Doutor Paulo Quintela. O *Filoctetes* foi publicado em 1979, resultando da motivação pessoal que a sua temática de fundo, não muito vulgar na tragédia, suscitou.

Durante mais de uma década, o INIC assegurou a divulgação de ambas as obras, com introduções e notas substanciais, destinadas primordialmente a um público especializado; a sua extinção, em 1992, veio quebrar, em especial no contexto universitário, um importante meio de circulação e aquisição de textos de autores clássicos, sem fins lucrativos, só em parte reatado pela JNICT. É de saudar, portanto, a reedição destas duas tragédias de Sófocles pela Fundação Gulbenkian (que subsidia, aliás, parte significativa da actividade editorial da FCT), em publicações de qualidade assinalável e acessíveis, pelo seu baixo custo, a praticamente todas as bolsas.

Pelo que toca à *Antígona*, a bibliografia imparável de que tem sido alvo ao longo de décadas – e que já na edição do INIC de 1984 motivou importantes actualizações na introdução e nas notas – implicou uma vez mais um trabalho abrangente de remodelação, de forma a incluir contributos posteriores e decisivos, como o comentário de M. Griffith (CUP, 1999) e a nova edição crítica oxfordiana, realizada por H. Lloyd-Jones e N. G. Wilson (OUP, 1990). Em particular, a adopção desta última edição como texto base (sem o isentar, contudo, de discordâncias várias, assinaladas em nota) levou a alterações significativas da versão portuguesa, de que se destaca o v. 362, e o regresso à sequência dos manuscritos no controverso passo entre os vv. 742 e 758. O mesmo não sucede com o *Filoctetes*, cujos problemas textuais são menos sensíveis e que, por razões várias, está longe de concitar a mesma atenção dos estudiosos; além da actualização bibliográfica, as remodelações são mínimas, como aliás, se assinala na p. 5.

Independentemente destes aspectos, o acaso que ditou o aparecimento quase simultâneo da edição de ambas as obras – distanciadas, pelo menos, de três décadas! – não deixa de ter um interesse acrescido na confirmação de idiosincrasias várias, que o conjunto da obra sofocliana ostenta. Uma e outra constituem talvez as tragédias em que os protagonistas mais claramente se emancipam do reinado da *tyche*, definindo-se antes pela plenitude de uma autodeterminação. Na *Antígona*, a valência absoluta das “leis não escritas” condiciona, do princípio ao fim, o afrontamento ao decreto de Creonte e os riscos de uma “morte anunciada”; no *Filoctetes*, a vivência radical de uma ética heróica, inteiramente preenchida nos valores da amizade e lealdade, levam à recusa obstinada da salvação possível (a viagem para Tróia), que apenas a intervenção divina de Hércules, no discutido final, logra vencer.

Por formas diferentes, também ambas as peças consagram o contraste psicológico como recurso caracteristicamente sofocliano de caracterização e aprofundamento das personagens: Antígona e Ismena, Antígona e Creonte incarnam antagonismos, quer temperamentais quer de princípios, que reaparecem, embora com visibilidade dramática menos imediata, em Filoctetes/Neoptólemo e Filoctetes/Ulisses. Comum é ainda a concepção do coro como personagem e a ambígua relação que ocasionalmente promove com o espaço extra-cénico, ora como vítima de uma *apate* “engano” “ilusão” em breve desfeita pelos acontecimentos (caso da Ode a Dioniso, no último estásimo da *Antígona*, vv. 1115-1154) ora como sujeito activo dessa mesma *apate*, na intervenção coral dos vv. 676-729 do *Filoctetes*, cuja metateatralidade rebuscada constitui um dos focos mais em evidência da análise da tragédia.

Estes e outros aspectos, que as introduções de M. H. Rocha Pereira e J. Ribeiro Ferreira pormenorizam para cada uma das peças, realçam assim uma imagem convincente da unidade da obra sofocliana, em versões que reproduzem, com eficácia e ductilidade, ora o registo natural (não raro, patético) das falas das personagens, ora a concentração lírica e densamente emotiva das intervenções corais, como sucede exemplarmente nas odes há pouco assinaladas.

MARIA TERESA SCHIAPPA DE AZEVEDO

TRÖSTER, Manuel, *Themes, Character, and Politics in Plutarch's Life of Lucullus*, Stuttgart, Historia Einzelschriften – 201, 2007, 206 pp. ISBN 978-3-515-09124-4

A obra *Themes, Character, and Politics in Plutarch's Life of Lucullus* de Manuel Tröster nasceu de uma tese de doutoramento apresentada pelo autor à Universidade de Trier (Alemanha) em Outubro de 2006.

Ainda que centrada numa figura histórica específica – Luculo, um político romano tardo-republicano –, este estudo não pretende fornecer um quadro geral da vida deste homem nem da sua carreira política, como o próprio autor faz questão de referir (p. 10). Pelo contrário, a preocupação foi abordar um conjunto de tópicos particulares daquela personagem, tendo em conta as principais linhas de orientação seguidas por Plutarco na *Vita* que lhe dedicou, confrontando-as, todavia, com outros testemunhos. Assim sendo, esses temas principais encontram-se distribuídos por capítulos em que, de forma independente, se aborda cada um deles, permanecendo ao longo de todos eles como fio condutor a visão daquele biógrafo grego de Luculo: helenismo (cap. 2), *tryphe* (cap. 3), política interna (cap. 4), liderança militar (cap. 5) e política externa (cap. 6).

Mas antes de entrar no desenvolvimento de cada um destes temas, o autor dedica o capítulo inicial da obra a algumas questões preliminares que, de algum modo, a delimitam histórica e metodologicamente. Em primeiro lugar, situa a